

STJ00096525

Claudio Carneiro

PROCESSO TRIBUTÁRIO

Administrativo e judicial

4ª edição
ampliada e atualizada

Contém modelos de peças
e quadros sinóticos
com resumo das principais ações tributárias

2013

 **Editora
Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909
PABX: (11) 3613 3000
SACIUR: 0800 055 7688
De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
saraivajur@editorasaraiva.com.br
Acesso: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro
Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Brotas
Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895
Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro
Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga
Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384
Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento
Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951
Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto
Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806
Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro
Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha
Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos
Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038
Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Loureiro, 2895 — Prado Velho
Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista
Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro
Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel
Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565
Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos
Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567 — Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda
Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

135.265.004.001

ISBN 978-85-02-19945-3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carneiro, Claudio
Processo tributário – Administrativo e judicial /
Claudio Carneiro. – 4. ed. ampl. e atual. – São Paulo :
Saraiva, 2013.

Bibliografia.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil 3.
Processo administrativo tributário 4. Processo judicial
tributário 5. Tributos - Teoria I. Pandolfo, Rafael. II.
Brasil Júnior, Vicente. III. Título.

13-01274

CDU-347.9:336.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Processo tributário : Direito 347.9:336.2

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editor Roberto Navarro

Assistente editorial Thiago Fraga

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Liana Ganiko Brito

Bernardete Rodrigues de Souza Maurício

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Edson Colobone

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Regina Machado

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Vinicius Asevedo Vieira

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Bartira Gráfica

Acabamento Bartira Gráfica

Data de fechamento da edição: 3-6-2013

Dúvidas?

Acesso www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

377672

Sumário

<i>Prefácio</i>	19
<i>Apresentação à 2ª edição</i>	21
<i>Nota à 4ª edição</i>	23
<i>Nota à 3ª edição</i>	25
Capítulo 1 – Aspectos Gerais do Processo Tributário -----	27
1. Introdução	27
2. Processo e procedimento	28
3. Princípios aplicáveis ao processo	30
3.1. Princípios constitucionais	30
3.1.1. Princípios relacionados ao direito material tributário	30
3.1.2. Princípios relacionados às garantias fundamentais	32
3.1.3. Princípios relacionados à Administração Pública	33
3.1.4. Princípios relacionados ao processo	33
3.2. Princípios infraconstitucionais relacionados ao processo	34
3.3. Princípios específicos do Processo Administrativo Fiscal	34
3.4. Possibilidade de a Fazenda Pública ingressar em juízo para discutir decisão administrativa irreformável	41
3.5. A revisibilidade do lançamento e seus limites	42
3.5.1. Limites temporais	43
3.5.2. Limites objetivos	43
3.6. Princípios que norteiam o lançamento	44
Capítulo 2 – Processo Administrativo Fiscal -----	53
1. Classificação dos processos administrativos	53

2. Natureza jurídica do Processo Administrativo Fiscal	54
3. Processo Administrativo Fiscal (PAF)	56
3.1. Competência para regulamentação de normas sobre o PAF	56
3.2. Disciplina normativa	58
3.3. Modalidades do Processo Administrativo Fiscal	59
3.3.1. Processo tributário-administrativo não contencioso	59
3.3.1.1. Consulta administrativa	59
3.3.1.1.1. Efeitos da consulta	63
3.3.1.1.2. Da ineficácia da consulta	64
3.3.1.1.3. Da competência para a solução da consulta	65
3.3.1.1.4. Da solução da consulta	66
3.3.1.1.5. Modelos de consulta	66
3.3.1.2. Denúncia espontânea	71
3.3.1.2.1. Denúncia espontânea e lançamento por homologação	72
3.3.1.2.2. Denúncia espontânea e obrigação acessória	74
3.3.1.2.3. Denúncia espontânea e parcelamento	76
3.3.1.2.4. Modelo de denúncia espontânea	79
3.3.2. Processo tributário administrativo contencioso	82
4. O processo administrativo federal	84
4.1. Unificação das Receitas e Lei n. 11.457/2007	84
4.2. Fases do Processo Administrativo Fiscal contencioso no âmbito federal ...	84
4.2.1. Realização de lançamento	87
4.2.1.1. Auto de Infração	87
4.2.1.1.1. Da formalização do lançamento	89
4.2.1.2. Lançamento complementar	90
4.2.1.3. Do segundo exame da escrita	91
4.2.1.4. Da competência para efetuar lançamento	91
4.2.2. Impugnação	92
4.2.3. Julgamento em primeira instância	95
4.2.3.1. Da competência	96
4.2.3.2. Do julgamento	96
4.2.4. Recurso voluntário ou de ofício	97
4.2.5. Julgamento em segunda instância	99
4.2.5.1. Do lançamento para impedir a decadência	100
4.2.5.2. Da competência	100

4.2.5.3. Da intimação do procurador da Fazenda Nacional	101
4.2.6. Recurso especial	102
4.2.7. Modelo de impugnação	104
4.2.8. Modelo de Recurso Voluntário (Área Federal)	109
4.2.9. Modelo de Recurso Especial	112
4.2.10. Inconstitucionalidade do depósito recursal e do arrolamento administrativo	113
4.3. Outros aspectos do Decreto n. 70.235/72	116
4.4. A suspensão da fluência dos juros	131
5. O processo administrativo estadual	132
5.1. Avocatória	134
6. O processo administrativo municipal	135
7. Arrolamento administrativo de bens e direitos	136
8. Arrolamento sumário	138
9. Principais julgados do STF e STJ sobre o capítulo	145
Capítulo 3 – Processo Judicial Tributário -----	153
1. Breves considerações	153
2. As medidas de urgência em matéria tributária	153
2.1. Efeitos da sua concessão	154
2.2. Concessão de medida liminar em mandado de segurança	162
2.3. Efeitos da cassação da liminar	164
2.4. Concessão de tutela antecipada em outras ações judiciais	166
2.5. Antecipação de tutela contra o Poder Público	166
2.6. A exigência de caução ou depósito para a concessão da tutela antecipada ..	169
2.7. Oferecimento de bens em caução e suspensão da exigibilidade	173
2.8. Possibilidade de concessão de tutela antecipada antes da contestação	177
2.9. Comentários ao art. 170-A do CTN	177
3. Ações exacionais	178
3.1. Execução fiscal	179
3.1.1. Evolução histórica da cobrança judicial do crédito	179
3.1.2. A execução fiscal e a Lei n. 11.382/2006	180
3.1.3. Principais aspectos da execução fiscal	181
3.1.3.1. Legitimação ativa	183
3.1.3.2. Legitimação passiva e o redirecionamento da execução fiscal	185
3.1.3.2.1. Análise do art. 134 do CTN	186
3.1.3.2.2. Análise do art. 135 do CTN	193

3.1.3.3. Créditos tributários e não tributários	217
3.1.3.4. Inscrição em dívida ativa e recusa de CND	218
3.1.3.5. Termo de inscrição e substituição da CDA	223
3.1.3.6. Cancelamento da inscrição em dívida ativa	224
3.1.3.7. Presunção relativa da regularidade da inscrição	225
3.1.3.8. Garantia prestada por terceiro	225
3.1.3.9. Possibilidade de terceiro nomear bens	226
3.1.3.10. Remição	227
3.1.3.11. Execução por carta	227
3.1.3.12. Prova de fato negativo	229
3.1.3.13. Suspensão da prescrição	230
3.1.3.14. A Lei de Falências e Recuperação Judicial (n. 11.101/2005	231
3.1.3.15. Da penhora <i>on-line</i> e do registro da penhora	234
3.1.3.16. Exceções	239
3.1.3.17. Intimação das partes	239
3.1.3.18. Reunião dos processos e competência para julgamento	242
3.1.3.19. Da citação	242
3.1.3.19.1. Citação pelo correio	245
3.1.3.19.2. Citação do ausente	246
3.1.3.19.3. Hipótese em que o executado não é localizado	246
3.1.3.20. Litisconsórcio e procuradores distintos	249
3.1.3.21. Extinção de execução fiscal de pequeno valor e a autonomia do ente federativo	250
3.1.3.22. Protesto da Certidão de Dívida Ativa	251
3.1.3.23. Prazo prescricional quinquenal para a cobrança de créditos tributários excluídos do Refis	254
3.1.3.24. Nulidade e ausência de suspensão da execução fiscal após a morte de devedor coobrigado	255
3.1.3.25. Interrupção da prescrição retroativa à propositura da execução fiscal	255
3.1.4. Participação do Ministério Público na execução fiscal e na ação civil pública em matéria tributária	256
3.1.5. Cobrança de crédito tributário na falência e na recuperação judicial	260
3.2. Medida cautelar fiscal	273
3.2.1. Modelo de Ação Cautelar Fiscal	275
3.2.2. Modelo de Contestação em Ação Cautelar Fiscal	276
4. Ações antiexacionais	277

4.1. Embargos à execução	278
4.1.1. Natureza jurídica dos embargos	282
4.1.2. Efeito suspensivo dos embargos	284
4.1.3. Substituição dos bens, fraude à execução fiscal, sucessão empresarial e a responsabilidade dos sócios	289
4.1.4. Alienação antecipada	297
4.1.5. Edital de arrematação	298
4.1.6. Do lugar do leilão	299
4.1.6.1. Comissão do leiloeiro e demais despesas	299
4.1.6.2. Da hipótese do segundo leilão	300
4.1.6.3. Conceito de preço vil	300
4.1.6.4. Reavaliação dos bens penhorados em execução fiscal	301
4.1.6.5. Validade da arrematação em processo de execução	301
4.1.6.6. Desistência de arrematação realizada na vigência da redação original dos arts. 694 e 746 do CPC	301
4.1.7. Responsabilidade do arrematante	302
4.1.8. O poder de adjudicação	303
4.1.8.1. Adjudicação e dação em pagamento	304
4.1.8.2. Adjudicação e remição	304
4.1.9. Garantia do juízo e objeção de pré-executividade	307
4.1.10. Avaliação dos bens e a respectiva impugnação	311
4.1.11. Do prazo para oposição dos embargos	311
4.1.12. Impugnação aos embargos	314
4.1.13. Da penhora	314
4.1.13.1. A ordem da penhora estabelecida no art. 11 da LEF	315
4.1.13.2. Penhora de títulos da dívida pública	316
4.1.13.3. Da penhora <i>on-line</i> e do registro da penhora	317
4.1.13.4. Da importância da intimação da penhora	318
4.1.13.5. Intimação do cônjuge se a penhora recair sobre bens imóveis	322
4.1.13.6. Bem de família e a regra da impenhorabilidade	326
4.1.14. Embargos de terceiro e adquirente de boa-fé	331
4.1.15. Desistência dos embargos e honorários	332
4.1.16. Embargos e garantia parcial	333
4.1.17. Modelo de Embargos à Execução.	334
4.2. Objeção de pré-executividade ou exceção de pré-executividade	335

4.2.1. Conceito	335
4.2.2. Origem e surgimento da exceção de pré-executividade	337
4.2.3. Conexão de ações e reunião dos processos para julgamento simultâneo ..	338
4.2.4. Aspectos processuais	340
4.2.5. Honorários e sucumbência	343
4.2.6. Modelo de Objeção de Pré-executividade	350
4.3. Mandado de segurança individual	352
4.3.1. Histórico e disciplina normativa	352
4.3.2. A discussão quanto ao mandado de segurança “preventivo”, “repressivo” e “contra lei em tese”	355
4.3.3. Impossibilidade de dilação probatória	358
4.3.4. Objeto e cabimento	359
4.3.5. Impossibilidade do mandado de segurança e principais súmulas do STF e do STJ	361
4.3.6. Prazo	364
4.3.7. Legitimação	365
4.3.7.1. Legitimação ativa	365
4.3.7.2. Legitimação passiva	366
4.3.7.2.1. Autoridade coatora	369
4.3.8. Liminar	376
4.3.8.1. Natureza da liminar em mandado de segurança	377
4.3.8.2. Vedação para a concessão de liminar	378
4.3.8.3. Liminar e depósito	379
4.3.8.4. Liminar em mandado de segurança preventivo e possibilidade de lança- mento	381
4.3.8.5. Suspensão da liminar e suspensão de segurança	382
4.3.8.6. Da decisão que conceder ou denegar a medida liminar e da sentença ...	384
4.3.8.7. Liminar e compensação de tributos	386
4.3.9. Efeitos (suspensivo e devolutivo) e coisa julgada	388
4.3.10. Análise da Súmula 239 do STF	390
4.3.11. Tabela comparativa entre a lei antiga e a atual	391
4.3.12. Modelo de Petição Inicial de Mandado de Segurança	400
4.4. Mandado de segurança coletivo	402
4.5. Ação cautelar	404
4.5.1. Ação cautelar de caução	405
4.6. Ação monitoria	406

4.7. Ação de consignação em pagamento	408
4.7.1. Fundamento legal	408
4.7.2. Cabimento	408
4.7.3. Legitimação ativa e passiva	414
4.7.4. Efeitos	416
4.7.5. Hipótese de consignação administrativa	417
4.7.6. Alguns julgados sobre o tema	417
4.7.7. Modelo de Ação de Consignação em Pagamento	425
4.8. Ação declaratória	426
4.8.1. Objeto	427
4.8.2. Distinção entre a ação declaratória negativa e a constitutiva negativa	429
4.8.3. Legitimação	429
4.8.4. Execução da sentença declaratória	430
4.8.5. Efeitos da coisa julgada na ação declaratória	431
4.8.6. Consequências da ação declaratória no processo administrativo	433
4.8.7. Julgados sobre o tema	433
4.8.8. Valor da causa	438
4.8.9. Modelo de Ação Declaratória	438
4.9. Ação anulatória	440
4.9.1. Objeto	440
4.9.2. Ação anulatória “clássica” e a ação anulatória do art. 169 do CTN	441
4.9.3. Legitimidade	442
4.9.4. O depósito integral como pressuposto de admissibilidade da ação anulatória	443
4.9.5. Distinção entre a consignação e o depósito na ação anulatória	444
4.9.6. Possibilidade de conexão entre a ação anulatória e a execução fiscal	444
4.9.7. Prescrição	448
4.9.8. Julgados sobre o tema	449
4.9.9. Modelo de Ação Anulatória	450
4.10. Ação de repetição de indébito	452
4.10.1. Objeto	452
4.10.2. Formas de repetir o indébito	455
4.10.3. Repetição de indébito e compensação	456
4.10.4. Distinção entre a compensação no Direito Civil e no Direito Tributário	458
4.10.5. Compensação entre tributo e multa	463
4.10.6. A repetição de indébito e o sistema do precatório em matéria tributária	463
4.10.7. Legitimação	471

4.10.7.1. Ativa	471
4.10.7.2. Passiva	477
4.10.8. Prescrição	478
4.10.9. Repetição de tributos inconstitucionais	481
4.10.10. Valor da restituição	481
4.10.11. Efeitos da sentença	485
4.10.12. Requisitos para a devolução	486
4.10.13. Comentários ao art. 170-A do CTN	487
4.10.14. Comentários ao art. 169 do CTN	488
4.10.15. Julgados sobre o tema	490
4.10.16. Modelo de Ação de Repetição de Indébito	493
5. Ação rescisória	495
5.1. Análise da Súmula 343 do STF	498
5.2. Do prazo	505
6. Juizados Especiais de Fazenda Pública e Juizado Especial Federal	507
6.1. Modelo de Petição Junto ao Juizado Especial Federal	513

Capítulo 4 – Ações Constitucionais e a Uniformização da Jurisprudência - 515

1. Introdução	515
2. Ação civil pública	515
3. Mandado de segurança	523
4. Mandado de injunção e <i>habeas data</i>	523
5. Ação popular	524
6. O controle de constitucionalidade no Brasil	526
6.1. Formas de inconstitucionalidade	526
6.2. Formas de controle	527
6.3. Espécies	527
6.4. Natureza da decisão	536
6.5. Ações de controle de constitucionalidade na seara tributária	536
7. O art. 518, § 1º, do CPC – a súmula impeditiva de recurso de apelação	538
8. O art. 557 e § 1º-A do CPC	539
9. Os arts. 543-B e 543-C do CPC – repercussão geral (STF) e recurso repetitivo (STJ)	540
10. Uniformização de jurisprudência	542
10.1. O art. 555, § 1º, do CPC	543
10.2. A súmula vinculante do STF	544

Capítulo 5 – Prescrição e Decadência -----	547
1. Breves considerações	547
2. Decadência	549
2.1. Regra geral: art. 173, I, do CTN	549
2.2. Art. 173, II, do CTN	550
2.3. Art. 173, parágrafo único, do CTN	552
2.4. Art. 150, § 4º, do CTN	553
2.4.1. Não ocorrendo pagamento	554
2.4.2. Ocorrendo pagamento antecipado	554
2.4.3. Quando houver dolo, fraude e simulação	555
3. Prescrição	556
3.1. Suspensão e interrupção da prescrição	558
3.2. A prescrição intercorrente no Direito Tributário	559
<i>Referências bibliográficas</i>	563
 ANEXOS -----	 569
I – Súmulas do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	569
II – Quadros Sinóticos de Elaboração de Peças Processuais	579
III – Modelos de Recursos: agravo de instrumento, embargos declaratórios, apelação, recurso especial e recurso extraordinário	594